



SIELP V FIAL

Simpósio Internacional
de Ensino de Língua Portuguesa
+
Fórum Ibero-Americano de Literacias

ATAS

Organizadores:

José António Brandão Carvalho
Maria de Lourdes Dionísio
Elisete de Carvalho Mesquita
Juliana Cunha
Ana Arqueiro



Universidade do Minho
Instituto de Educação
Centro de Investigação em Educação

SIELP V FIAL

V SIELP - Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa // V FIAL - Fórum Ibero-Americano de Literacias

Organizadores

José António Brandão Carvalho

Maria de Lourdes Dionísio

Elisete de Carvalho Mesquita

Juliana Cunha

Ana Arqueiro

Grafismo & Paginação Sofia Carvalho

Edição CIED /Universidade do Minho

Data 2016

ISBN: 978-989-8525-49-9 [Suporte Eletrónico]



Universidade do Minho
Instituto de Educação
Centro de Investigação em Educação



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SIELP V FIAL

Simpósio Internacional
de Ensino de Língua Portuguesa
+
Fórum Ibero-Americano de Literacias

ATAS

2016

O ENSINO DE LITERATURA E A MOTIVAÇÃO PARA A LEITURA

André Luis Machado Galvão¹ & António Carvalho da Silva²

^{1,2}CIED, Universidade do Minho (PORTUGAL)

1. INTRODUÇÃO

A Educação é a base da sociedade. Essa afirmação é quase uma unanimidade, permeia praticamente todos os setores da vida social. Mas a Educação vem enfrentando obstáculos cada vez maiores, o que exige dos teóricos e dos professores uma revisão constante de suas ideias e, antes de tudo, de suas atitudes. Hoje não se questiona mais a importância de dar ao aluno liberdade para que possa, ele mesmo, encontrar os meios de construir seu conhecimento. Não se questiona, mas também não se dão, efetivamente, tais meios. Talvez por falta de empenho governamental, por falta de conhecimento teórico dos professores, por falta de interesse dos alunos, entre outros. O fato é que, desculpas à parte, o embate teórico suplanta, e muito, a prática pedagógica que tanto se deseja pelos estudiosos em Educação.

Assim, a busca por um ensino que torne realidade a prática da leitura nas escolas encontra inúmeros empecilhos, desde questões estruturais à formação dos profissionais. Se, por um lado, novos métodos educacionais têm trazido novos horizontes para o acesso à leitura nas escolas, por outro, vislumbra-se um contexto em que o seu ensino ainda não encontra em alunos e professores a prioridade necessária.

Um dos caminhos possíveis para transformar esse cenário é o ensino de literatura, um elemento motivador através do qual docentes e discentes podem trilhar rumos que os levem ao gosto pela leitura, desde que, além da orientação docente e seus conhecimentos, seja levado em consideração o ponto de vista dos estudantes e suas referências literárias ou culturais, além de utilizarem práticas democráticas no acesso, escolha e discussão dos textos ficcionais.

Este texto está dividido, além desta *Introdução*, em mais cinco partes: *A importância da leitura e seu ensino*, onde são feitas considerações sobre a leitura, sua importância no mundo contemporâneo e seu ensino; a seguir, *O ensino de literatura na escola* apresenta algumas ideias e linhas teóricas sobre o ensino escolarizado de literatura; depois *A motivação em sala de aula* propõe, a partir de contributos teóricos, uma análise da motivação no espaço da sala de aula; logo após, em *Por um ensino de literatura motivador*, será discutido de que forma pode o ensino de literatura efetivar-se como um meio de incentivo à leitura; e, por último, surgem as *Considerações finais*, que retomam alguns pontos e apontam caminhos para que o ensino de literatura seja motivador do processo de leitura.

2. IMPORTÂNCIA DA LEITURA E SEU ENSINO

A leitura é atividade fundamental para o ser humano em seu convívio social. A sua relação com o mundo está diretamente ligada, entre outros aspectos, ao modo como ele lê o que o circunda, seja nas relações interpessoais, nas ocupações profissionais, ou mesmo nas tarefas mais simples do cotidiano. Porém, há que se conceber, nesse caso, a leitura não apenas como uma ação decodificadora de signos, mas antes de tudo como uma atitude crítica e capaz de desenvolver no indivíduo a

autonomia necessária para formar opiniões e ideias, capaz de proporcionar o discernimento e o acúmulo de informações e conhecimentos acerca dos mais variados assuntos.

Através do ato de ler, o indivíduo amplia o seu repertório linguístico e cultural. Para Geraldi (2003), a leitura é um processo de interlocução entre leitor e autor sob mediação do texto, e é necessário recuperar nos indivíduos o prazer por essa atividade. A leitura “fruitiva”, realizada por prazer e espontaneamente, precisa ser incentivada no ambiente escolar, e a participação do professor a partir do trabalho com textos literários é fundamental para que ela aconteça. Ranke e Magalhães (2011), nesse sentido, apontam que a leitura literária na escola representa um modo diferenciado de leitura, pois suas particularidades convidam o leitor à fruição, e esta deve ser o foco principal no processo de formação de leitores de literatura na educação básica.

A escola exerce um papel muito importante no desenvolvimento da capacidade de ler, pois é o espaço onde o indivíduo deve ser estimulado e orientado a não apenas decodificar símbolos, mas a usar essa capacidade para expandir seus conhecimentos e formar suas concepções e análises críticas sobre as leituras que realiza e sobre a própria realidade na qual está inserido. Além disso, no ambiente educacional, são desenvolvidas leituras inerentes à dinâmica dos currículos e há interação entre pessoas, convívio com diferentes opiniões, o que em conjunto ajuda a solidificar uma prática leitora que precisa se aperfeiçoar diante das exigências naturais do avanço escolar ao longo de toda a vida.

Outro aspecto relevante acerca da leitura na escola é a formação dos professores. Docentes com formação específica e constantemente capacitados constituem um considerável pressuposto para que a leitura se desenvolva de forma mais harmoniosa e eficaz no contexto escolar. É nessa mesma perspectiva que Costa (2012) declara que a melhoria das competências leitoras dos estudantes tem como prerrogativa que a formação inicial dos professores lhes ofereça o conhecimento específico, os fundamentos e as práticas do ensino da leitura e da compreensão textual, e ressalta a importância da formação continuada, uma vez que essa formação deverá contribuir para o aperfeiçoamento constante do professor e para o desenvolvimento das capacidades reflexivas e investigativas, que são aspectos fundamentais para desempenhar bem o seu papel como educador.

3. O ENSINO DE LITERATURA NA ESCOLA

Silva (2010) entende que a escola, por meio da leitura literária, pode promover a educação do leitor com o objetivo de ampliar os seus limites culturais e sociais, através de liberdade criativa e crítica, associada às experiências, em diferentes áreas, do próprio aluno.

No entanto, a forma como a literatura tem sido trabalhada em muitas instituições do Brasil não promove essa “liberdade criativa e crítica” dos alunos, o que muitas vezes contribui para que se afastem da prática da leitura. Além da imposição de leituras muitas vezes desinteressantes para os discentes, o ensino de literatura no Brasil enfrenta outros desafios, como o estudo no Ensino Médio feito sob o ponto de vista predominante da periodização literária, muitas vezes desenvolvido através do estudo exclusivo de fragmentos de textos, ocasionando nos estudantes a perda da noção de todo das obras literárias.

Além disso, o ensino de literatura em muitas escolas brasileiras ainda é deficiente. O educando não o vê como algo significativo. É comum nessas aulas encontrar alunos desanimados e alheios aos conteúdos que são ministrados. De certa

forma, o professor contribui para esse desânimo, pois muitas vezes não foi preparado para ministrar a disciplina, ou é sobrecarregado e não lhe sobra tempo para aperfeiçoar os seus conhecimentos. Por outro lado, o discente tem muita dificuldade para entender o que seja e para que estudar literatura. A maioria não leu sequer um livro. Logo, esses são alguns dos grandes obstáculos que contribuem para que o ensino e a aprendizagem de literatura fracassem.

Diante disso, é preciso pensar de que forma o ensino da literatura pode ser um elemento motivador para o desenvolvimento do gosto pela leitura, considerando a possibilidade de fruição atribuída ao texto ficcional, e também a necessidade de se tornar o estudante um sujeito leitor.

4. A MOTIVAÇÃO EM SALA DE AULA

Acerca da concepção teórica sobre motivação, Tapia e Fita (1999) apontam que “a motivação em sala de aula é um dos problemas a serem enfrentados pelos professores, já que a grande preocupação é investigar como poderão motivar seus alunos para que aprendam, ou seja, para que tenham um comprometimento pessoal com sua própria aprendizagem” (p. 7). Nesse sentido, todo o professor deve conhecer a importância de valorizar a motivação em sua sala de aula, já que através dela poderá alcançar êxito em seu trabalho, inclusive com a leitura. Os autores ainda classificam a motivação em quatro grupos distintos: a motivação relacionada com a tarefa ou motivação intrínseca; a motivação relacionada com o eu, com a autoestima; a motivação social e a motivação que aponta para a conquista de recompensas externas. Entretanto, torna-se necessário que os professores tomem conhecimento de que os alunos não podem estar inseridos em apenas uma dessas quatro categorias, mas sim que a motivação de qualquer pessoa ocorre em cada uma das quatro.

Mesmo assim, todas essas motivações dependem da influência do professor, o qual, para motivar seus alunos, precisa também estar motivado e sentir satisfação em desempenhar a sua profissão, pois, ao contrário, será impossível que consiga motivar, favorecendo para que os alunos não se interessem pelas tarefas escolares.

Dessa forma, é possível observar que o interesse do aluno em aprender depende em grande medida das decisões que o professor toma a respeito da organização do ensino. O modo como ele considera sua tarefa docente se traduz em uma relação global com os alunos em sala de aula. Para Almeida (1996),

A área motivacional é uma das que pode justificar alguns cuidados nas verbalizações e atitudes por parte dos professores. Alguns sentimentos de fracasso, de desinvestimento e de medo de realização podem ser induzidos por práticas frequentes, mesmo que não intencionais, dos professores em sala de aula. (p. 24)

Por conseguinte, para motivar, os professores vão depender das condições em que trabalham. Essas condições são marcadas por programas extensos, salas de aula superlotadas, falta de materiais adequados, perspectivas de futuro negativas, dentre outros. Para vencer essa batalha, o professor precisa, acima de tudo, conhecer as variáveis pessoais que podem influenciar na motivação de cada aluno. Tapia e Fita (1999) consideram que a motivação dos alunos não depende de um único fator, já que ela “está diretamente ligada à interação dinâmica entre as características pessoais e os contextos em que as tarefas escolares se desenvolvam” (p. 8). Nesse sentido, deve-se considerar a importância das metas e aqueles momentos que dependem mais da iniciativa do docente. Os mesmos autores ainda evidenciam o papel do professor na

motivação dos alunos, afirmando que, para que o professor alcance a motivação, torna-se necessário saber como os alunos aprendem e, acima de tudo, que transcenda o que acontece na sala de aula.

O professor deve valorizar a percepção social da sua atuação bem como a percepção sobre si mesmo, ou seja, o autoconceito. Este, por sua vez, “inclui um conjunto amplo de representações (imagens, juízos, conceitos) que as pessoas têm sobre elas mesmas, englobando aspectos corporais, psicológicos, sociais, morais e outros” (Tapia & Fita, 1999, p. 78). Para os autores, o autoconceito influencia na motivação dos alunos, ainda assim, essa motivação diz respeito à organização do ensino, ou seja, dependerá também do *antes*, do *durante* e do *após* a aula. Portanto, se não há motivação por parte do professor, se este não exerce de forma satisfatória a sua profissão, será muito difícil comunicar aos seus alunos entusiasmo ou interesse pelas tarefas escolares; é, definitivamente, muito difícil que seja capaz de motivá-los.

Portanto, todas as pessoas que se encontram inseridas num contexto educacional têm o compromisso de refletir de forma sistemática sobre a motivação escolar. Tal compromisso deve, também, ser assumido pela sociedade, pelos órgãos públicos e outras instituições, pois, para que a sociedade atinja um bom nível educacional e tecnológico, é fundamental se contar com a motivação na sala de aula, desde a infância.

A esse respeito, Tapia e Fita (1999), afirmam que “a aprendizagem é uma construção que o aluno realiza sobre a base do estado inicial ao incorporar a nova informação em seus esquemas cognitivos” (p. 67). Para tanto, os professores devem tomar consciência dos conhecimentos prévios de seus alunos, porque isso implica verificar também qual é seu grau e estilo de motivação. E motivação pode ser entendida como “um conjunto de variáveis que ativam a conduta e a orientam em determinado sentido para poder alcançar um objetivo” (Tapia & Fita, 1999, p. 77).

Por conseguinte, ressalta-se que estando os alunos motivados, os mesmos poderão desenvolver o interesse pelas atividades escolares (dentre elas a leitura), alcançar uma aprendizagem significativa, a valorização da autoestima, vontade de viver, prosperar, contribuir e acompanhar a evolução do progresso de seu tempo e do lugar onde vivem.

5. POR UM ENSINO DE LITERATURA MOTIVADOR

Para Rocco (cit. em Cavallo & Chartier, 1998), a leitura não nasce já inscrita em determinado texto, pois há grande distância entre sentidos atribuídos a um texto pelo seu autor, pelo editor, pelo crítico e pela interpretação e usos que o leitor faz dele, sendo este leitor a razão de ser de todos os textos. Outra preocupação é a de promover o encontro necessário entre o “mundo do leitor” e o “mundo do texto”. Isto pelo fato de os leitores não lerem um texto sempre da mesma maneira, já que, em cada momento da história, há diferentes normas e convenções de leitura em uma comunidade para definir os usos dos livros. Dessa forma, uma história da leitura e de leitores, também, não pode deixar de ser uma história dos modos de compreensão, de utilização e apropriação dos textos.

Apesar de os primeiros contatos com a leitura acontecerem no ambiente familiar, é na escola que a leitura se constitui como uma prática mais efetiva. Aprender a ler e escrever, foi, durante muito tempo, o principal objetivo do ensino escolar. Nos dias atuais, já se sabe que essa não pode ser a única perspectiva. No que se refere à leitura, mais especificamente, cabe à escola o papel de formar o leitor crítico, capaz de estabelecer relações e inferências a partir da atividade leitora.

É muito importante que desde cedo o ato de ler faça parte da vida das crianças para que as mesmas possam aproveitar o que a escola lhes oferece. Entretanto, faz-se necessário que as suas diferentes leituras sejam respeitadas, isto é, a sua leitura de mundo, pois trata-se de uma atividade que pode oferecer várias possibilidades aos leitores, de acordo com o seu mundo interior. Assim, o ensino de literatura na escola precisa de ter em consideração as experiências literárias dos estudantes e o seu contexto sociocultural, refletindo acerca das práticas de leitura e produção cultural. Cada texto, cada referência ficcional dos estudantes deve ser considerada a fim de estimular o gosto pela leitura a partir de textos de ficção trabalhados em sala de aula.

O que não se pode perder de vista, de fato, é que o ensino de literatura seja um incentivador da leitura, e não mais uma atividade de imposição de textos ou uma mera reprodução de histórias, sem levar em consideração as referências culturais dos estudantes ou sua opinião sobre o que leram. Nesse sentido, segundo Orlandi (1993), a leitura é, na verdade, uma questão linguística, pedagógica e social ao mesmo tempo. Para ela, a leitura não deve ser considerada apenas sob seu aspecto técnico, o que a conduz a uma consideração pedagógica imediatista. É preciso que a leitura seja, na escola, um meio para que o aluno forme a sua estrutura de conhecimento. Se se prender exclusivamente aos resultados escolares, a leitura deixará de lado referenciais importantes na vida do aluno.

A inserção dos educandos no mundo da leitura através da escola depende, portanto, das estratégias de atuação docente, mas não apenas disso. É pertinente considerar também a importância dos instrumentos de trabalho (livros e demais materiais didáticos) e de outros equipamentos significativos de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem no ambiente da escola (biblioteca, recursos multimídia, entre outros).

Para que a literatura se transforme num instrumento motivador do gosto pela leitura, é fundamental também que os professores se apresentem como leitores e como incentivadores da atividade leitora dos alunos. Isso pode ser alcançado a partir de práticas cotidianas e simples, tais como ler textos coletivamente, comentar sobre livros, discuti-los em sala de aula, proporcionar releituras de histórias, promover encontros e conversas com escritores, entre outros. A conduta do professor em sala de aula é muito importante, pois o aluno “transfere” para o professor algo que lhe pertence, o que gera uma expectativa no cotidiano escolar: “a transferência se produz quando o desejo de saber do aluno se aferra a um elemento particular, que é a pessoa do professor” (Kupfer, 1989, p. 46). Assim, o professor que tem dificuldades de relacionamento com os alunos, ou mesmo impõe uma autoridade excessiva em sala de aula, certamente irá causar frustrações ou medo nos alunos, o que sem dúvida prejudicará a aquisição de conhecimentos por parte deles, bem como a sua prática de leitura.

Também no que se refere ao professor, Sousa (1998) destaca a sua importância no incentivo à leitura, demonstrando que ele pode assumir um papel diferente nas atividades de leitura e interpretação em sala de aula. Segundo a autora, deve o docente ocupar a condição de “respondente/informante”, considerando a abordagem do texto em sala de aula centrada na resposta do leitor, com base na “consideração do envolvimento produtivo do leitor como condição necessária para a construção dos sentidos textuais e, em consequência, para o prazer na leitura” (Sousa, 1998, p. 66). Isso, ainda segundo a mesma autora, não quer dizer que o professor tenha de adotar uma postura passiva, ou seja, aceitar tudo que seja dito. Cabe a ele, tendo um esforço maior nesse tipo de proposta pedagógica, a função de estimular a interpretação a partir das respostas dos alunos, indicando-lhes as análises possíveis e, acima de tudo,

ouvindo suas estratégias interpretativas, buscando entendê-las e desafiá-las. Dessa maneira, entende a autora que o aluno poderá se sentir mais motivado para a leitura.

As relações em sala de aula devem ainda levar em consideração o ambiente sociocultural do aluno. Concerne ao professor respeitar as origens e os costumes dos discentes, respeitando também suas ideias e conceitos, próprios do seu “habitat”. Esse conjunto de itens pode ser entendido como a diversidade de cada um. Como explica Zabala (1998), “a diversidade é inerente à natureza humana, e qualquer atuação encaminhada para desenvolvê-la tem que se adaptar a esta característica” (p. 90). Então, ao professor cumpre desenvolver atividades que ao mesmo tempo respeitem essa diversidade e estimulem a capacidade criativa e de raciocínio dos alunos, o que lhes favorecerá entender o próprio processo educacional no qual estão inseridos, bem como desenvolver suas próprias histórias e refletir criticamente acerca das leituras que se propõem a fazer.

O professor é o efetivo caminho entre a teoria (às vezes tão sonhadora) e a prática educacional. De fato, é ele quem opera o processo, estabelece o contato com os alunos, sujeita-se aos problemas inerentes à profissão, entre outros aspectos. Mas se há alguém que realmente pode inverter o quadro atual da Educação, essa pessoa é o professor, mesmo sendo tão pouco reconhecido e ao mesmo tempo tão cobrado (pelo menos no Brasil). Em primeiro lugar, incumbe ao docente rever a sua análise do aluno. Não pode aquele avaliar este a partir do referencial de adulto, de quem já possui o conhecimento. Portanto, deve levar em consideração que o aluno tem, na verdade, uma espécie de conhecimento prévio, impulsionador das suas impressões e ideias acerca de algum fato determinado. Ou seja, é preciso entender que o estudante sempre traz um referencial, algo que tem não de inato, mas do convívio familiar ou social no qual está inserido.

Educar não é fácil, principalmente no Brasil, onde não há valorização do professor nem da Educação como um todo, pelo menos até agora. Faz-se necessário, portanto, aos professores, a revisão de seus conhecimentos teóricos e, antes de tudo, a mudança de atitude em sala, respeitando os alunos em sua diversidade, agindo como facilitadores do acesso ao conhecimento, e não como portadores exclusivos deste, o que sem dúvida colocaria os discentes em condição de inferioridade em sala de aula. Por outro lado, é mister que sejam oferecidos os requisitos mínimos para que a Educação seja efetivada: boas condições de trabalho; materiais pedagógicos adequados, além de professores bem treinados e justamente remunerados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura caracteriza-se como um dos processos que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do presente e passado e em termos de possibilidades de transformação sociocultural futura. E, por ser um instrumento de aquisição, transformação e produção do conhecimento, a leitura, se acionada de forma crítica e reflexiva dentro ou fora da escola, levanta-se como um trabalho de combate à alienação, capaz de facilitar às pessoas e aos grupos sociais a realização da liberdade nas diferentes dimensões presentes em nossa sociedade. Uma concepção de leitura não pode deixar de incluir movimentos da consciência, voltados ao questionamento, à conscientização e à liberdade. Para Almeida (1996), “Numa sociedade em que os conhecimentos factuais se desactualizam de forma rápida, importa formar um aluno autônomo, com estratégias cognitivas e metacognitivas para enfrentar e aprender com situações novas” (p. 20).

Já que o estudo de textos literários é fundamental para estimular o gosto pela leitura, é necessário que a sua seleção seja feita de forma democrática e criteriosa

pelos professores, levando em consideração a realidade dos estudantes, seu contexto social, faixa etária, entre outros aspectos. Melo (2011) defende que a sensibilidade estética seja trabalhada sob responsabilidade do professor, sem o que pode haver o risco de a leitura pouco contribuir para a formação de um leitor crítico, seletivo e autônomo, destacando que a seleção dos textos e as atividades de leitura são fundamentais nesse processo.

Dessa forma, o incentivo à leitura deve partir de todas as instâncias da sociedade, e principalmente da escola, espaço mais apropriado para difundir o gosto pela leitura, através de procedimentos e ações que motivem estudantes e professores a descobrirem o prazer de ler. Para isso, a formação docente precisa ser contínua, com o propósito de que desenvolvam e estimulem práticas de incentivo à leitura, sendo também necessária para isso a sua própria experiência como leitores.

No cotidiano escolar, o ensino de literatura pressupõe maior contato com textos literários, o que representa a oportunidade de estimular o gosto pelos livros e pelo ato de ler. Enfim, a escola, através desse ensino, pode estabelecer caminhos para que os estudantes descubram a leitura como atividade prazerosa, educadora e emancipadora, entretanto, para que isso aconteça, é essencial que as práticas escolares sejam discutidas e constantemente ressignificadas, com a finalidade de tornar os percursos para a leitura cada vez mais livres e estimulantes.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. (1996). Cognição e aprendizagem: Como a sua aproximação conceptual pode favorecer o desempenho cognitivo e a realização escolar. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 17-32.
- Barroco, J. A. (2004). *As bibliotecas escolares e a formação de leitores* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cavallo, G., & Chartier, R. (Orgs.). (1998). *História da leitura no mundo Ocidental*. São Paulo: Ática.
- Costa, M. C. (2012). *A literatura no ensino secundário: Do que se ensina ao que se avalia. Uma análise das provas de exame do 12º ano* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Geraldi, J. W. (2003). Prática da leitura na escola. In J. W. Geraldi (Org.), *O texto na sala de aula* (3ª ed.). São Paulo: Ática.
- Kupfer, M. C. (1989). *Freud e a educação: O mestre do impossível*. São Paulo: Scipione.
- Melo, I. M. (2011). *Da poesia ao desenvolvimento da competência literária: Propostas metodológicas e didáticas para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos 1º e 2º ciclos do ensino básico* (Tese de Doutorado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Orlandi, E. P. (1993). *Discurso e leitura* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Ranke, M. C., & Magalhães, H. G. (2011). Breves considerações sobre fruição literária na escola. *Entreletras – Revista do Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT*, 3, 47-61.
- Silva, M. (2010). Literatura e experiência de vida: Novas abordagens no ensino de literatura. *Revista Nau Literária: Crítica e Teoria de Literaturas*, 6(2), 1-10.
- Sousa, M. L. D. (1998). Agora não posso, estou a ler! In R. V. Castro & M. L. D. Sousa, *Entre linhas paralelas: Estudos sobre o Português nas escolas*. Braga: Angelus Novus.
- Tapia, J. A., & Fita, E. C. (1999). *A motivação em sala de aula: O que é, como se faz* (3ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Zabala, A. (1998). *A prática educativa – Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.